

Buenos-Aires, 22 de março de 1933

Caro amigo Mauricio

Há muito estava eu por escrever-lhe esta carta, mas, por mais estranho que pareça, não souava o tempo no exílio de Buenos-Aires. Entro, pois, em materia sem maiores preambulos.

QUESTÃO RELIGIOSA - A verdade é que ambos os partidos riograndenses tinham uma posição definida: eram liberais em matéria de confissão religiosa. Preconiza-se agora a mudança desta orientação. Com que fundamentos?

Fundamento moral - Resume-se este na necessidade de dar maior autoridade e ação à Igreja, nesta época de profunda dissolução moral. E, a meu ver, illusorio este objetivo. A inquietação contemporanea, o sensualismo que caracteriza a nossa época tem causas profundas. O dogma religioso, progressivamente desviado de sua pureza primitiva e depois petrificado já faz alguns seculos, não satisfaz, por suas incongruencias e contradicções, o espirito do homem, agora incomparavelmente mais culto. Conseqüentemente, está desaparecendo a sua força contensiva sobre a conduta. E a Igreja, que é essencialmente uma organização teocratica, não sabe, nem pode adaptar-se às novas necessidades espirituais do homem. Não obstante o aparente recrudescimento do culto religioso (meramente exterior), nenhum observador correto pode negar que a verdadeira religiosidade está em baixa. A letra matou o espirito. Não creio absolutamente que a Igreja possa salvar a sociedade contemporanea, a não ser que ela mesma sofra uma profunda modificação. É uma instituição de dominio, que nada vê alem do proprio dominio, e, como tal, entrou em conflito com a pureza originaria da doutrina cristã. Se não surgir uma fórmula religiosa capaz de explicar as aparentes injustiças do destino humano e não funde em fatos positivos a natureza espiritual do homem, ou se a reação espiritualista não se originar do proprio excesso do mal, não serão os dogmas da Igreja que poderão salvar a sociedade contemporanea. A fé já não pode assentar no absurdo.

Note que não sou um espírito irreligioso, nem, muito menos, materialista. Mais, sou de família católica e conto fervorosos praticantes entre os meus irmãos. Mas não posso, em consciência, fazer concessões de princípios à Igreja, em troca de uma problemática influência moral. Qual é a autoridade da igreja, sob este aspeto, demonstra-o, mais que tudo, a aliança verdadeiramente indecorosa do chefe do catolicismo riograndense com o interventor, cuja vida é a antítese perfeita dos preceitos morais do cristianismo.

Em conclusão, quanto ao que pessoalmente me concerne, recuso offundamento moral como justificativo de concessões no terreno da ampla e fecunda liberdade de consciência. Comigo pensam muitos católicos praticantes e esclarecidos.

Fundamento eleitoral - Este parece ser o dominante na atitude de transigência que se nota no seio da Frente-Única. Su anularia de um só gálpe tal argumento, dizendo que não há interesse eleitoral, por mais forte, que legitimamente possa prevalecer sobre os interesses gerais e superiores do homem. O voto é um instrumento e não se pode sobrepor ao objeto. Que me importa a mim a obtenção de mais um certo número de votos, se, para obtê-los, tenho o de anular, desviando-os da sua verdadeira finalidade e aplicação, aquêles de que já disponho?

Com isto, eu me poderia dispensar de argumentar mais. Quero, porém, encerrar ainda a questão por um prisma mais prático e menos elevado, quer argumentar sob o ponto de vista meramente eleitoral.

Vejam os. A população do Rio Grande pode dividir-se em católica e acatólica, aquela mais numerosa do que esta. Na porção católica há a que se encontra sob a influência direta do clero; é a que se pode dominar clerical. Constituem-na os colonos italianos e, em menor grau, os colonos alemães de profissão católica (alemães do sul). A fração clerical, apesar de ponderosa, não é tão numerosa quanto se poderia supor, pois a influência do clero, nas colônias, está diminuindo com o advento das gerações novas, educadas em out

tro ambiente, graças ao serviço militar. Seja, porém, como fôr, o certo é que os clericais estão perdidos para a Frente Única. Seguindo a política tradicional da Igreja, o arcebispo apoia o PRL, isto é, o poder temporal. O clero transformou o púlpito em tribuna política em favor do interventor. Os das pessoas a ele adictas são votos perdidos para nós, por mais concessões que façamos.

A população propriamente católica, isto é, a religiosamente mais esclarecida, esta é indiferente, quando não infensa às chamadas reivindicações católicas, e condena a intromissão da Igreja na política. Compreende que a verdadeira religião nada lucra com isso e que o próprio poder da Igreja, longe de avantajá-la, será prejudicado pela natural reação que lhe opõem os adversários e até os religiosamente indiferentes. Grande parte do clero regular está nesta corrente.

Assim sendo, não teriam nenhuma compensação eleitoral os sacrifícios que fizéssemos à nossa consciência liberal, no caso de acedermos às reivindicações da Igreja. Os clericais estão comprometidos com a Ditadura; os católicos honestos e esclarecidos não se deixarão influir pela questão e votarão de acordo com a sua consciência cívica. Pelo contrário, se problemáticas são as vantagens da nossa adesão às reivindicações clericais, certos são os seus inconvenientes. Afastaríamos em grande parte a votação da população católica, que não é pequena em nosso Estado.

Concluindo, sou de parecer que devemos manter, neste ponto, a tradição dos dois partidos riograndenses. Não seria nenhuma temeridade fazê-lo. Mas, se fôsse, o mais a que deveríamos chegar seria considerar esta uma questão aberta. E quanto aos pontos que não são rigorosamente de natureza constitucional e podem constituir objeto de leis ordinárias, poderíamos afastá-los por ora do nosso programa. Exemplo: divórcio. Confesso, porém, que não me agrada muito o expediente de abrir as questões. Pode ser tomado como sinal de fraqueza e prestar-se-á a explorações.

PROGRAMA MINIMO - É, como já escrevi ao dr. Urbano, uma questão extremamente delicada. No meu entender, o programa mínimo comum deve ser muito generico, só contemplando certos principios basicos, cabendo a cada partido completá-lo como bem entenda. A razão é simples. Não existe identidade na maneira de encarar certas questões de indistigável importancia no momento em que se vai tratar da reorganização do país. Sem tal identidade, ou, pelo menos, sem uma acentuada semelhança de opiniões, torna-se uma impossibilidade logica um programa comum. E' correr atrás de uma utopia, ou peor, ocasionar um desastre.

Isto é tanto mais certo, quanto já dentro de cada um dos partidos existem discrepancias já por si dificeis de conciliar. Assim, temos dentro do Partido Republicano a corrente castilhistas, da qual são expoentes Joaquim Osorio e Firmino Palm, que querem reviver um sistema de ocasião, adobado para conter a oposição então fortissima, e que o proprio Castilhos seria o primeiro a repudiar, se voltasse. E, dentro do Partido Libertador, temos os presidencialistas de diversos matizes, ao lado da corrente parlamentarista, á qual pertenco. Como encontrar um comun denominador ideologico, a não ser que não se vá além das generalidades?

No meu entender, o acôrdo entre os dois partidos da Frente-Unica deve ser mais eleitoral, do que propriamente doutrinario. Neste último terreno, bastam as dificuldades internas de cada partido, que eu ainda não sei como poderão ser resolvidas quanto ao meu.

Confesso que já julguei mais facil o acôrdo. Foi quando o dr. Borges apresentava como modêlo a constituição de Weimar. Mas, hoje, sem repudiar propriamente o modêlo, dá ele novos e consideráveis desenvolvimentos ao que, sem grande paradoxo, se pode chamar o "presidencialismo da constituição parlamentarista de Weimar", presidencialismo que favoreceu o atual surto fascista da Alemanha. Já, hoje, a congruencia é muito mais difícil.

Não quero encerrar esta questão, sem acenar a uma outra dificuldade, esta de caráter formal. O Partido Libertador tem um programa perfeitamente definido, embora incompleto a certos respeitois

Quem, a não ser um congresso, terá autoridade, para abrir mão de certos princípios inscritos no seu programa ? Tal é, por exemplo, a eleição do presidente pelo parlamento, a responsabilidade dos ministros, pontos cuja aceitação permitiu a inclusão dos federalistas no nascente Partido Libertador.

Vê, pois, V. que a questão do programa mínimo é complexa e difícil. Talvez o mais acertado seja lodá-la, apresentando-se cada partido com o seu programa proprio, limitando-se o acôrdo ao aspecto puramente eleitoral.

Creio, caro Mauricio, que esgotei o que tinha a dizer-lhe a respeito dos dois importantes temas. E' nesse pensamento fazer próximamente uma reunião de proceres libertadores em Rivera para tratar destas questões todas e escolher os nomes dos possiveis candidatos.

Pego-lhe que mostre esta carta não só aos membros da Comissão Mixta, mas tambem a certos correligionarios meus, como o Dr. Torelly.

Receba um grande abraço do

amigo e admirador attto